

# ACESSIBILIDADE NA WEB: A INCLUSÃO PASSA PELO ACESSO

Fabiana Fator Gouvêa Bonilha<sup>1</sup>

## Introdução

Acessibilidade é um termo que, atualmente, tem feito parte do vocabulário de muitas pessoas, sobretudo em função da repercussão que se tem dado a ele nos meios de comunicação. No senso comum, tende-se a associar o termo “acessibilidade” estritamente a pessoas com deficiência, e isto se deve principalmente à relação que grande parte da população estabelece entre esta palavra e sua forma de representação, simbolizada com o signo da cadeira-de-rodas, tipicamente utilizado em vagas de estacionamentos reservadas para este público. Entretanto, acessibilidade, em sua definição conceitual, é um termo muito mais abrangente, que engloba toda e qualquer diferença, e não apenas pessoas com alguma limitação física, sensorial ou intelectual.

Nas palavras da Convenção Internacional Sobre as Pessoas com Deficiência (2007), acessibilidade relaciona o provimento de condições de acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural.

A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural (BRASIL, 2007).

Com base neste conceito, vê-se que, por meio dele, se conjugam a igualdade e a diferença como premissas fundamentais e como condições indissociáveis. Prover acessibilidade, neste sentido, não significa atender as pessoas com deficiências em suas demandas e suas necessidades, mas sim, garantir que todas as pessoas, com ou sem deficiências, usufruam de autonomia e de segurança.

Nota-se também que, usualmente, no senso comum, a acessibilidade está ligada apenas a aspectos físicos ou arquitetônicos. Não raras vezes se pensa que apenas construir rampas ou guias rebaixadas são iniciativas suficientes para que se tenha um ambiente acessível.

Entretanto, como se pode depreender do conceito acima apresentado, a acessibilidade também contempla condições igualitárias de transporte e deslocamento, e de acesso à comunicação e informação. A ampliação deste conceito, somando-se a ele adequações ao ambiente comunicacional, abre-lhe uma outra frente de atuação, com especificidades e contornos próprios.

Embora se parta do mesmo conceito, a acessibilidade à comunicação e informação se constitui como uma área do conhecimento distinta, com uma linguagem e um arcabouço teórico particular.

Neste campo, distingue-se, sobretudo, a acessibilidade na WEB, que se refere mais especificamente ao conteúdo proveniente da Internet.

Assim acessibilidade na WEB é garantir que uma informação ou serviço esteja disponível na web, em igualdade de condições, independentemente da função motora, visual, auditiva ou intelectual, e da condição computacional, cultural ou social do usuário.

---

<sup>1</sup> Psicóloga. Doutora em Música pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Como se vê, não são apenas as pessoas com deficiências que se beneficiam da WEB acessível. Todo ser humano, em sua ampla gama de características, é beneficiado quando a Internet é concebida desta forma. Um usuário iniciante em informática, por exemplo, tem maiores chances de navegar por um *site* com destreza e autonomia, caso este siga padrões de acessibilidade. Uma pessoa que não tenha à mão um dispositivo com alta velocidade de conexão, igualmente terá favorecida a mesma autonomia.

Em meio a este público, se voltarmos o olhar para as pessoas com deficiências, poderemos considerar que a existência de *sites* acessíveis remove toda e qualquer barreira que as exclui do acesso ao conteúdo disponível na WEB. Vale então tomar como referência o fato de que o problema enfrentado por quem tem uma deficiência não se origina de sua condição física, sensorial ou intelectual, mas sim, das interações com as barreiras que esta pessoa enfrenta.

Ainda, segundo termos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, esta ideia se traduz na definição segundo a qual

São consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2007).

Sendo assim, entende-se que as desvantagens *a priori* encontradas pelas pessoas com deficiência são eliminadas à medida que são removidas as barreiras de acesso.

Entretanto, parte-se do pressuposto de que esta ideia ainda não é culturalmente aceita, sobretudo, por profissionais que lidam com Desenvolvimento na WEB. Eles tendem a supor que as próprias pessoas com deficiência têm em si mesmas um problema, cuja solução implica uma abordagem separada e distinta em relação aos outros usuários. Essa concepção, incompatível com o conceito de acessibilidade, predomina em larga medida porque, durante a formação acadêmica destes profissionais, este tema usualmente não é contemplado, o que os leva a uma visão parcial sobre ele. Frequentemente, estes profissionais não têm conhecimento sobre as ferramentas de tecnologia assistiva e isso os torna alheios à forma como estas tecnologias interagem com o conteúdo das páginas da WEB.

Além disso, esses profissionais não compreendem a abrangência do impacto que a implementação da acessibilidade tem na vida das pessoas. Em geral, eles tendem a supor que trabalhar com acessibilidade requer uma grande especialização, o que implicaria um árduo esforço diante do qual se tem uma pequena contrapartida.

O principal desafio é então sensibilizar este público para este tema, fornecendo-lhe ferramentas de atuação que os instrumentalizem neste campo.

Com o intuito de oferecer subsídios a estes profissionais, foi implementado em 2007, o E-Mag (Modelo de acessibilidade em Governo Eletrônico), visando à melhoria da acessibilidade em *sites* de Governo. Este modelo traz um conjunto de recomendações a serem seguidas no desenvolvimento de *sites*, e, embora esteja voltado a *sites* governamentais, aplica-se em qualquer contexto de desenvolvimento na WEB.

Na internet, acessibilidade refere-se principalmente às recomendações do WCAG (World Content Accessibility Guide) do W3C e no caso do Governo Brasileiro ao e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico). O e-MAG está alinhado às recomendações internacionais, mas estabelece padrões de comportamento acessível para sites governamentais (PORTAL BRASIL).

Neste artigo, pretende-se realizar uma análise dos requisitos de acessibilidade na WEB, no intuito de demonstrar o impacto da aplicação deles para os usuários finais.

Parte-se aqui do ponto de vista do usuário, não tendo-se a pretensão de focar aspectos técnicos e de codificação na WEB.

Existe um conjunto de recomendações que favorecem a implementação de requisitos de acessibilidade nos *sites*. Por um lado, um *site* que atende a todas estas recomendações é plenamente acessível, e, por outro, um *site* que não atende a nenhuma delas torna inviável o acesso, sobretudo por pessoas que utilizam ferramentas de Tecnologia Assistiva. Tem-se, deste modo, uma escala entre estes dois opostos. O que se observa, na prática, são variadas formas pelas quais os *sites* são construídos, que os tornam mais ou menos acessíveis. Uma vez que as recomendações não são cotidianamente seguidas por desenvolvedores, os usuários buscam desenvolver estratégias individuais que facilitam o acesso em *sites* pouco "amigáveis". Os usuários tendem a mapear, por conta própria, os *sites* por eles mais visitados, e, ainda que eles não ofereçam condições favoráveis de acesso, eles acabam por utilizar métodos intuitivos e bastante subjetivos para navegar pelas páginas, dada a motivação que os impelem a acessá-las.

Pode-se dizer que esta é uma atitude de resiliência, típica das pessoas com deficiência que, usualmente, buscam se adaptar diante das barreiras e das condições pouco propícias. Esta atitude é válida, na medida em que possibilita a penetração destas pessoas no mundo digital, de modo incondicional e irrestrito. Entretanto, esta forma de agir não isenta os desenvolvedores da WEB de se empenharem na construção de *sites* cada vez mais acessíveis, desde o projeto que permeia concepção.

Nota-se também, que as recomendações, abaixo apresentadas, seguem padrões preestabelecidos. Porém, estes padrões não têm como propósito "engessar" ou limitar a capacidade criativa dos *designers* e dos desenvolvedores. Eles têm por finalidade fornecer diretrizes à construção de parâmetros de acessibilidade, mas pressupõe-se que sua aplicação seja dinâmica e não estática, de forma a haver espaço para evolução e transformação contínua de sua utilização.

A seguir, haverá um detalhamento sobre como estes padrões podem auxiliar o usuário de tecnologia assistiva, na interação com os *sites*. Foram escolhidas aqui quatro recomendações, no sentido de se ilustrar a relevância da acessibilidade na WEB, sob o ponto de vista de quem vivencia, no dia a dia, esta necessidade.

### **Recomendação 1: descrição das imagens**

Os leitores de tela leem em voz alta apenas informações textuais, e não decodificam imagens, a menos que haja neles um OCR (reconhecimento óptico de caracteres) embutido. Desta forma, *sites* que apresentam *links* identificados como imagens, não possibilitam que o usuário cego reconheça a informação para a qual o *link* remete. Nessas ocasiões, o leitor de telas, alheio à presença de textos, pronuncia códigos formados por números e letras ininteligíveis, correspondentes ao texto implícito à imagem. Para que os *links* sejam acessíveis, eles devem estar disponíveis na forma textual, ou como texto alternativo às imagens.

Esta é uma das recomendações que gera maior impacto no acesso a um *site*, pois seu não cumprimento acarreta na impossibilidade da leitura de informações primordiais disponíveis na página.

### **Recomendação 2: identificação correta dos campos de formulário**

Em muitos *sites*, requer-se que o usuário preencha formulários e envie dados. Há uma variedade de formulários na WEB, tais como: formulário de cadastro, de inscrições, de busca, de autenticação, entre outros. Um formulário acessível pressupõe que seus campos estejam

corretamente etiquetados, o que permite ao leitor de telas a correta identificação da informação a ser preenchida. Quando um campo de formulário não tem esta característica, o leitor de telas não é capaz de ler o que ele pede, deixando o usuário confuso e impossibilitado de preenchê-lo. Há outras recomendações importantes quanto ao acesso de formulário, como as que se referem a caixas de seleção e de combinação, às mensagens de retorno após o envio, à supressão de captchas (imagens a serem codificadas pelos usuários), entre outras. Estas recomendações refletem a complexidade de se tornar um formulário acessível, dado que existe uma variedade de situações a serem consideradas em cada contexto. Assim, não é possível se detalhar aqui todas estas nuances, mas se pretende mostrar a importância de se considerar estes aspectos principais, na interação dos usuários com as páginas.

### **Recomendação 3: acesso às informações por meio do teclado**

As pessoas com deficiência visual não utilizam o *mouse* em seu cotidiano, dada a dificuldade de controle do seu rastreamento e acionamento. Elas utilizam o teclado, valendo-se de todos os comandos e atalhos que permitem a navegação pelos *sites*. Para tanto, é imprescindível que todas as funcionalidades dos *sites* sejam acessíveis por meio do teclado, sendo este dispositivo equivalente e substituto do *mouse*.

Correlata a esta recomendação, está também a inadequação do uso de menus que se retraem ou expandem, comumente utilizados por seu valor estético. Estes, em geral, são acessíveis apenas com o uso do *mouse*, dificultando a navegação por teclado.

### **Recomendação 4: organização semântica das páginas**

Ao navegar por um *site*, as pessoas com deficiência visual usualmente utilizam as setas do teclado ou a tecla Tab, que lhes permitem explorar os *links* presentes no *site*. Entretanto, geralmente os *sites* oferecem uma variedade de informações e de sessões, nas quais a página é subdividida. Para as pessoas que enxergam, as informações ficam dispostas de modo visualmente compreensível, havendo pontos de referência laterais, inferior ou superior que norteiam a disposição das informações. As pessoas cegas, porém, possuem uma noção linear do *site*, e têm um acesso sequencial às informações ali apresentadas.

Assim, recomenda-se que a compreensão da estrutura do *site* deva ser explicitamente referenciada, por meio da organização da página em listas e em níveis de cabeçalho. As listas têm a função de agrupar informações presentes em cada menu da página, e os cabeçalhos, por sua vez, são utilizados para a hierarquização de títulos e subtítulos, facilitando o nivelamento das informações.

Expostas estas recomendações, reitera-se aqui o real impacto que o cumprimento destas recomendações acarreta para o cotidiano do usuário, e, conseqüentemente, para a sua verdadeira inclusão digital. Não se trata, pois, de um conjunto de normas estanques, mas de uma normatização que está a serviço deste processo de consideração e aceitação da diversidade.

### **Considerações finais**

A partir das concepções em que estão alicerçadas o presente trabalho, pressupõe-se que a acessibilidade digital deve aliar o uso de boas práticas com a adoção de uma atitude verdadeiramente inclusiva. As recomendações aqui apresentadas não devem ser seguidas de modo isolado ou de forma alheio a um contexto realmente favorável à inclusão.

Para tanto, há de serem superados alguns mitos que ainda se veem expressos nas falas e nas atitudes dos desenvolvedores da WEB, apontados por Spelta (S.D.).

Frequentemente, os profissionais se mostram desestimulados a implementar a acessibilidade por associarem sua utilidade à suposta quantidade de usuários que dela se beneficiam, na perspectiva de mitos como:

*Acessibilidade Web é só para pessoas com deficiência visual.*

*Na prática, o número de usuários beneficiados com a acessibilidade é relativamente muito pequeno.*

Desconstrói-se esta ideia ao se conceber que a acessibilidade abrange todas as pessoas, e não apenas públicos ou grupos específicos de usuários.

Existem também mitos associados à própria atividade de construção do *site*. Considera-se, nesta visão equivocada, que:

*Fazer um site acessível demora e custa caro.*

*É melhor fazer uma página especial para as pessoas cegas.*

*Primeiro fazemos o site, depois fazemos acessibilidade.*

Sobre a primeira ideia, pode-se dizer que o custo de um *site* acessível não é elevado, quando se instaura um novo paradigma de trabalho, ao se incorporar a acessibilidade aos projetos das páginas, considerando este requisito desde a sua concepção. Além disso, conceber um *site* especial pressupõe a discriminação de usuários e ocasiona a necessidade de se ter um trabalho dobrado cada vez que se precisar atualizar uma página. De fato, esta diferenciação acarreta em um custo mais elevado do que quando se pensa em construir uma página única e universal.

Por fim, existem pré-conceitos estéticos que criam barreiras à implementação da acessibilidade. Com frequência, apregoa-se que "*um site acessível aos cegos não é bonito*". Nota-se, a este respeito, que a concepção estética é inerentemente subjetiva, e construída a partir de significados individuais.

A verdadeira acessibilidade na Web pressupõe a constante e proativa participação do usuário, como protagonista deste processo. Tem-se então a perspectiva de que, no futuro, já não seja mais necessário sensibilizar as pessoas para a importância deste conceito, uma vez que ele já irá ser intrínseco à concepção de todo *site*. Futuramente, espera-se que considerar um *site* acessível represente um pleonismo, já que se tem como horizonte que todos os *sites* naturalmente o sejam.

## Referências

BRASIL. *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência*. Protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, set. 2007.

E-MAG. *Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico*. 2007. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-MAG>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

PORTAL BRASIL. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/acessibilidade>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

SPELTA, Lêda. *Acessibilidade web: 7 mitos e um equívoco*. Disponível em: <[http://acessodigital.net/art\\_acessibilidade-web-7-mitos-e-um-equivoco.html](http://acessodigital.net/art_acessibilidade-web-7-mitos-e-um-equivoco.html)>. Acesso em: 10 jun. 2014.